

TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS

Cumprir a legislação diminui riscos

Contar com o suporte de uma consultoria é um facilitador



O que esperar de 2018?

O ano de 2018 começou com a perspectiva de um aumento na demanda para o TRC. O mais recente estudo feito pela NTC&Logística, em conjunto com a ANTT, envolvendo 2.495 empresas, apontou que esse crescimento pode até ultrapassar a casa de dois dígitos.

Números trazem otimismo, mas também um dilema. Muitas empresas enfrentarão grandes dificuldades para atender essa demanda propiciada pela relativa melhora do mercado a partir do segundo semestre de 2017. Isso nos faz crer que haverá a necessidade de investimentos para poder aumentar a capacidade de atendimento. E o setor não está capitalizado para assumir neste momento tal incumbência.

Fomos duramente atingidos pela situação econômica do Brasil nos últimos quatro anos. Com isso, obrigados a se adaptar, reduzindo custos, diminuindo de tamanho, cedendo a exigências e, principalmente, diminuindo as atividades.

“58,1% das empresas contabilizaram prejuízos”

Essa análise se pauta nos números revelados pelo estudo da NTC, onde 62,0% das empresas tiveram queda no faturamento de 8,9%, em média, e 58,1% contabilizaram prejuízo de 7,5% sobre o faturamento. O valor do frete caiu cerca de 2,6% e houve a redução no tamanho de 47,6% das empresas. Outras 52,4% afirmaram estar recebendo frete com atraso.

O aumento no preço dos combustíveis está entre os fatores que mais contribuíram para se chegar a essa situação. Tivemos uma majoração de 9,44% nos postos e 12,49% nas distribuidoras. Salários (4,50%); despesas administrativas (3,55%); manutenção (1,94%); pneus novos (7,56%) e preço dos veículos (8,60%) completam a lista de reajustes.

Nossa recomendação é fazer as contas e as mudanças necessárias em suas tarifas, buscando o equilíbrio comercial junto aos contratantes. Temos um cenário de defasagem nos preços das tarifas de frete superior a 13% na carga fracionada e em mais de 20% na lotação.



Osmar Ricardo Labes
Presidente do SETCESC

Expediente



O Informativo SETCESC é uma publicação bimestral do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga e Logística no Estado de Santa Catarina

DIRETORIA DO SETCESC (Gestão 2016/2020)

Presidente: Osmar Ricardo Labes (Transportadora Labes Ltda) | 1º Vice-Presidente: Edenor Francisco Bozani (Cajumar Transportes de Cargas Ltda) | 2º Vice-Presidente: André Guilherme Zierhlsdorf (MTR Logística Eireli) | Vice-Presidente para Região do Vale do Rio Itapoc: Flávio Juliano Rausis (J. Sul Transporte de Carga e Encomendas Ltda) | Vice-Presidente para

Expressas

BNDES amplia condições de financiamento de caminhões e ônibus

O BNDES anunciou que passará a financiar até 100% do valor de caminhões e ônibus pela linha BNDES Finance para MPMEs (micro, pequenas e médias empresas). Antes, a participação do banco se limitava a 80% do total. A medida é um incentivo para que o setor transportador volte a investir na renovação e ampliação da frota. O prazo para pagamento será de até dez anos, com carência de até dois anos. Os financiamentos deverão ser negociados com a instituição financeira credenciada ao BNDES.

Marco Regulatório

Foi publicado, na edição do dia 06 de fevereiro do Diário da Câmara dos Deputados, o parecer conclusivo da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 4860/2016 que trata sobre o Marco Regulatório do Transporte Rodoviário de Cargas. Segundo as regras regimentais da Câmara, a contagem do prazo de cinco sessões para apresentação do recurso contra a apreciação conclusiva e depende da obtenção de um mínimo de 51 presenças nas sessões do Plenário da Câmara dos Deputados para valer na contagem.

TAGs adiados por tempo indeterminado

A distribuição de TAGs para o RNTRC está suspensa por tempo indeterminado. As Portarias da ANTT que estabeleciam o cronograma de distribuição da mesma (SUROC 147/17 de 14 de julho de 2017 e a SUROC 171/17 de 18 de agosto de 2017) foram tornadas sem efeito por meio das Portarias 553/17 e 554/17, de 21 de dezembro do último ano.

Queda no consumo de ARLA 32

Estudo da Associação dos Fabricantes de Equipamentos para Controle de Emissões Veiculares da América do Sul (Afeevas) apontou que o consumo ARLA 32 no comparativo com o Diesel 5-10 registrou um déficit 45% no ano passado. Embora se mantenha estável, o índice é ainda muito inferior ao necessário para atender a legislação do Proconve P7.

Região do Alto Vale do Rio do Peixe: Mauro Ceccatto (Transrodace Transportes Rodoviários Ltda) | Vice-Presidente para Região do Planalto Norte: Leandro Neidert (Transp. Alta Onda Ltda) | Vice-Presidente para Região Alto Vale do Itajaí: Nivaldo Stopassolli (Transp. Stopassolli Ltda) | 1º Diretor Secretário: Renato Kern Nogueira (RKN Transp. Serv. Ltda) | 2º Diretor Secretário: Emílio César de Souza (Transportes Brusvilve Ltda) | 1º Diretor Financeiro: Luis Peters (Transp. Petersantos Ltda) | 2º Diretor Financeiro: Jaison Gilberto Krauss (Transportadora Ociani Ltda).

Tiragem: 1.500 exemplares | Editoração: Sabiá Estúdio – contato@sabiastudio.com.br | Impressão: Tipotil Indústria Gráfica Ltda. | Fotos: Giovanni Vitória, NTC & Logística, Allianco, PRF/SC e Fetranesc | Jornalista Responsável: Giovani Vitória (DRT 0003822SC) | Endereço para Correspondência: Rua Buenos Aires, 321 | CEP 89051-050 | Blumenau – SC | Telefone: (47) 3322-7796 | E-mail: setcesc@setcesc.com.br | Endereços na Rede | SITE: www.setcesc.com.br | FACEBOOK: www.facebook.com/Setcesc | TWITTER: @Setcesc

57 anos do SETCESC

Carta Sindical foi emitida em 1961

O SETCESC completou 57 anos de fundação no dia 20 de janeiro. Em 1961, o então Ministério de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio emitiu a Carta Sindical, autorizando a constituição do Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários de Blumenau.

Com sede própria em Blumenau, na rua Buenos Aires, no bairro Ponta Aguda, a base territorial do SETCESC atualmente abrange 54 municípios catarinenses, atendendo as empresas de transporte de cargas e logística, instaladas no Médio Vale do Itajaí, Alto Vale do Itajaí, Vale do Itajaí Mirim, Vale do Rio Itapocu, parte do Planalto Norte e Alto Vale do Rio do Peixe, com mais de 3.500 empresas de transporte de carga cadastradas.

Intersindical debateu assuntos que marcaram 2017 para o TRC

Empresários do TRC de todo o Brasil e as lideranças da categoria participaram da reunião Intersindical, realizada na cidade de Natal, no último dia 2 de fevereiro. Entre outros assuntos da pauta constaram temas como: Reforma Trabalhista – Impacto na Contratação e nas Negociações Coletivas e o Marco Regulatório do TRC – PL 4.860/2016.

Osmar Ricardo Labes e o assessor jurídico Luiz Ernesto Raymundi representaram o SETCESC no evento.

Os fundamentos jurídicos para a discussão desses temas foram apresentados pelo Dr. Marcos Aurélio Ribeiro, diretor jurídico da NTC&Logística, e pelo assessor jurídico da entidade, o Dr. Narciso Figueroa Jr.

Realizou-se ainda uma ampla análise sobre o panorama político para 2018, quando o Brasil passará por eleições que se darão em meio a várias turbulências.

As entidades de classe se manifestaram sobre as novas experiências que vêm propondo aos associados para inovar no atendimento.



O próximo CONET&Intersindical será realizado entre os dias 2 e 5 de agosto na cidade de Vitória/ES. A edição de 2019 vai ocorrer em João Pessoa, na Paraíba.



O TRC conta agora com uma Divisão de Furtos e Roubo de Carga na Polícia Civil de SC

O delegado Raphael Werling foi nomeado para conduzir a Divisão de Furtos e Roubos de Cargas (DFRC) de Santa Catarina. A solenidade de criação do órgão ocorreu na sede da Secretaria do Estado de Segurança Pública (SSP/SC), em Florianópolis, no dia 23 de janeiro. Osmar Ricardo Labes representou os associados do SETCESC no ato.

A Divisão foi criada por meio da Portaria nº 25/2018, assinada por César Grubba, secretário estadual de segurança pública e Artur Nitz, delegado geral da Polícia Civil. A ação atende um antigo pleito dos empresários do TRC catarinense.



- ▶ Especializada em Tacógrafos a mais de 20 anos.
- ▶ Disponibilizamos a você transportador, peças, serviços, discos de diagrama originais VDO e também posto de ensaio autorizado INMETRO para a realização do processo de certificação obrigatório dos cronotacógrafos.
- ▶ Consulte-nos como proceder para evitar multas e tenha acesso a serviços garantidos pela nossa tradição e qualidade técnica reconhecida.

Rua Bahia, 7671 - Salto Weisbach Blumenau-SC
Fone: (47) 3330-7069
tacografos@terra.com.br
www.tacografosblumenau.com.br

Posto Autorizado Cronotacógrafo INMETRO



Defasagem no transporte de cargas fracionadas alcança 13,95%

Na lotação esse percentual é ainda maior: 20,60%

Apesar da pequena recuperação do frete em 2017, esse aquecimento não foi suficiente para recompor a defasagem acumulada nos últimos anos. A pesquisa coordenada pela NTC&Logística e ANTT, divulgada no último Conet & Intersindical indicou uma defasagem de 13,95% no transporte de cargas fracionadas e de 20,60% na carga lotação.

As dificuldades do período prejudicaram muito a cobrança dos demais componentes tarifários. Neste caso, é imprescindível que sejam cobrados de forma adequada no transporte de cargas fracionadas, o Frete Valor, o GRIS e o EMEX.

Também se observou que muitos usuários não remuneraram adequadamente o transportador com relação a situações anormais e aos serviços adicionais, que não estão contemplados nas tarifas padrões. Enquadram-se nesta categoria, por exemplo: as entregas em regiões de alto risco para roubos, o elevado tempo de espera para realizar carga e descarga, coletas e entregas em áreas com restrições, os serviços de paletização e guarda/permanência de mercadorias, uso de escoltas, planos de gerenciamento de risco customizados, o uso de veículos dedicados, dentre outros.

Os custos com esses serviços e situações, muitas vezes, são superiores ao próprio frete recebido. Uma situação injusta e inaceitável, que precisa ser resolvida o quanto antes entre as partes.

CONET&INTERSINDICAL

CONSELHO NACIONAL DE EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO E INTERURBANO

Evolução dos Insumos INCTF (%) - Dez 17

Insumos	Unidade	Valor	24 meses	12 meses	Mês
Salário motorista truque	R\$/mês	3.304,00	13,07	4,00	0,00
Salário motorista urbano	R\$/mês	3.367,00	13,07	4,30	0,00
Salário ajudante	R\$/mês	2.243,00	13,07	4,00	0,00
Disp. Adm. e Terminais	R\$/t	546,00	12,19	3,31	0,07
Furgão para truque	R\$	23.540,00	(3,73)	1,72	0,06
Furgão para caminhão leve	R\$	13.033,00	4,49	1,96	0,00
Rodoar para truque	R\$	895,00	7,88	6,54	0,00
MBB Atego 2426 trucado	R\$	242.460,00	27,08	18,57	0,46
MBB Accelo 815	R\$	146.411,00	16,05	5,52	(1,24)

Ferramenta da CNT simula financiamento de veículos

A CNT atualizou o Simulador CNT de Financiamento. Agora, a ferramenta permite calcular o custo de financiamento para aquisição de caminhões e implementos rodoviários.

Para as linhas de financiamento ofertadas por bancos comerciais é utilizada uma taxa de juros média, baseada nas taxas de juros divulgadas pelo Banco Central para essas instituições, atualizadas periodicamente. Ainda para esses programas, dados de valor financiável, prazo e carência foram definidos por pesquisa de mercado.

Já com relação aos programas operados indiretamente pelas instituições financeiras com recursos do BNDES (Finame), são utilizados os parâmetros oficiais divulgados por esse banco em circulares que normalizam essas linhas de financiamento.

Saiba mais acessando: <http://www.cnt.org.br/Paginas/simulador-de-financiamento-cnt>

Novo sistema da ANTT agiliza informações sobre transporte internacional

Com o objetivo de dar apoio à ANTT no aprimoramento da regulação e fiscalização do transporte rodoviário internacional de cargas e de passageiros, foi desenvolvido o Sistema TRI - sigla de Transporte Rodoviário Internacional, um portal com informações sobre esse modal de transporte, estruturado e de fácil consulta.

Até o momento, já estão disponíveis na base de dados mais de dois mil documentos de interesse para o transporte rodoviário internacional, entre atas de reuniões, acordos, resoluções e legislação em geral.

Acesse o sistema em: tri.antt.gov.br.

APROVESC®

Proteção a seu alcance

- Proteção para Colisão, Incêndio e Roubo
- Assistência 24 horas
- Rastreamento de Veículos
- Auxílio aos Associados

Associativismo, juntos por um caminho melhor!

www.aprovesc.org.br

TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS

Legislações rigorosas para o transporte de produtos perigosos

O suporte de uma consultoria especializada evita autuações e diminui riscos



A Indústria Química tem crescido em todo o Brasil, alavancada pelo avanço tecnológico. O setor já responde por mais de 10% do PIB da Indústria de transformação. Esse aquecimento vem impulsionando o transporte rodoviário de carga. Mas operar nesse nicho de mercado exige conhecimento do conjunto de legislações. E não são poucas. A opção pelos serviços de uma consultoria especializada é um dos caminhos indicados para evitar problemas.

É considerado produto perigoso toda substância de origem química, biológica ou radiológica, que representa risco à saúde das pessoas, ao meio ambiente ou à segurança pública, seja ele encontrado na natureza ou produzido por qualquer processo. Por isso o deslocamento desse tipo de carga deve atender regras específicas, fixadas pela ANTT, especialmente no que se refere a adequação, marcação e rotulagem de embalagens, sinalização das unidades de transporte e documentação.

Na maioria dos casos, esse "Universo Legal" está distante dos operadores. Grande parte deles cumpre aquilo que normalmente é exigido pelos órgãos que homologam veículos, equipamentos e embalagens, nos processos de licenciamento.

Poucos adotam e mantêm ao longo do tempo, todos os procedimentos que atendem efetivamente aos dispositivos legais aplicáveis ao transporte de produtos perigosos. Dentre os fatores que inibem, pesa a questão financeira e a ausência de orientação correta e adequada de um profissional habilitado.

Legislação é ampla

O especialista Clóvis José da Silva cita parte das legislações que regulamentam o transporte de cargas perigosas, elaboradas pelas esferas Federais e Estaduais, dentre elas, o Decreto 2894/98 que instituiu o Programa Estadual de Controle do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos em Santa Catarina e estabeleceu como Órgão Coordenador a Diretoria Estadual de Defesa Civil da Casa Militar. No âmbito federal, a Lei 10233/01 que entre outras ações, cria a ANTT.

É preciso seguir ainda o que determina a Resolução da ANTT 5232/16 que cancela e substitui a Resolução ANTT 420/04 publicada em 2016, com prazos de adequação até dezembro

de 2017. A regulamentação atualiza a homologação de embalagens, procedimentos e a relação de produtos considerados perigosos.

As novas regras vigoraram de acordo com o "Livro Laranja" (Orange Book), que trata das principais recomendações da ONU (Organização das Nações Unidas) para o Transporte de Produtos Perigosos.

Descumprir exigências legais pode resultar em penalidades severas, como multas, penas de reclusão ou restritivas de direitos.

Clóvis José da Silva é pós-graduado em gestão e educação ambiental, diretor da Alianco Consultoria, e profissional registrado no Conselho Regional de Química de Santa Catarina.

Acidentes podem causar danos de grandes proporções

O abaloamento e o tombamento são os principais acidentes envolvendo caminhões de transporte de carga perigosa. A gravidade é ampliada se comparada a outros sinistros, podendo ocasionar derramamento, incêndio e até explosões.

Mas o especialista Clóvis José da Silva ressalta que o Brasil é referência no transporte de produtos perigosos na América Latina. "O grau de exigência e aplicação da legislação têm sido fatores de 'qualificação', explicou, acrescentando que ela melhorou a segurança patrimonial do meio ambiente, com uma preocupação especial com a vida.



Cuidado começa na verificação de pneus, freios e iluminação

A sinalização correta dos rótulos de risco também não pode ser ignorada

Ao realizar esse tipo de transporte, os condutores devem estar atentos a alguns aspectos, como: condições de pneus, freios e iluminação; existência de vazamento e como a carga está posicionada. É preciso ainda verificar se não está sendo feito o transporte de produtos perigosos junto com outros para consumo humano ou animal, ou se não há risco de gerar reações químicas pela incompatibilidade da carga.

A sinalização da carga nos veículos é item que precisa ser visto com cuidado. A instalação de "rótulos de risco" e "painéis de segurança" ajuda na informação aos demais usuários da via, pois, em caso de acidente para cada tipo de produto será exigida uma ação específica. A sinalização, capacitação, e a documentação adequada imposta por lei, colaboram expressivamente nas ações emergenciais de socorro nos acidentes, alertou Clóvis José da Silva.

Obrigatório no TPP

- Veículos em condições adequadas
- Motoristas com curso MOPP
- Motorista e ajudante com "traje mínimo"
- Envelope do transporte
- Ficha de emergência
- CIPP e CIV para transporte a granel
- Nota fiscal
- Licenças ambientais



Alianco Consultoria é parceira do SETCESC

A Alianco Consultoria, um escritório de gestão ambiental, é parceira do SETCESC, oferecendo aos seus associados diversas soluções, especialmente o licenciamento das das atividades de TPP junto à FATMA, no IBAMA, com o Cadastro Técnico Federal e as licenças para TPP Interestaduais. Ainda a LETPP para a cidade de São Paulo

Outra expertise da Alianco é o desenvolvimento dos Planos e Estudos Ambientais exigidos para a operacionalização com produtos perigosos, sempre com o escopo da agilidade e da segurança jurídica nos processos.

Tem à frente o especialista Clóvis José da Silva, com 27 anos de experiência como consultor de empresas.

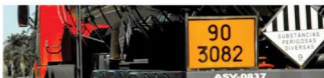
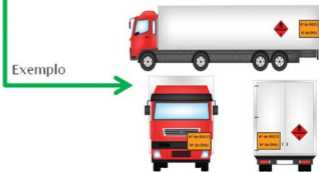
Contato: (47) 3338.5805 | www.alianco.com.br | clovis.dir@alianco.com.br

Tabela - Rótulos de Risco

Classe 1 - Explosivos	
Classe 2 - Gases	
Classe 3 - Líquidos Inflamáveis	
Classe 4 - Sólidos Inflamáveis...	
Classe 5 - Oxidantes e Peróxidos Orgânicos	
Classe 6 - Tóxicas (venenosas) e Infectantes	
Classe 7 - Materiais Radioativos	
Classe 8 - Corrosivo	
Classe 9 - Substâncias Perigosas Diversas	

DICA: Posicione Corretamente!

Exemplo



Sest Senat faz a capacitação

Motoristas que conduzem caminhões utilizados no transporte de cargas perigosas necessitam de uma capacitação específica. O Sest Senat é a instituição autorizada para a formação desses transportadores.

São oferecidos os cursos de especialização, com carga horária de 50 horas, além de Atualização para Condutores de Veículos de Transportes Perigosos, com 16 horas de treinamento.